

Luz e Sombra

Começou uma grande movimentação de interesses políticos sob a poeira levantada pelas urnas. Aproveitando-se da atenção dos eleitores concentrada na apuração, políticos escorraçados pelos resultados e os que vivem das sobras esgueiraram-se em meio à poeira para tirar proveito do que não lhes pertence. A eleição presidencial mostrou com grande destaque que os cidadãos querem novas fisionomias, novas palavras, sinceridade, coerência e o mínimo de qualificação, sem o que a vida pública é uma trapaça.

Essa gente que se reúne às escondidas perdeu a condição mínima de se apresentar publicamente. Ora, a vida pública é para ser desempenhada às claras. Políticos, em regimes democráticos, são credenciados pelo voto. No caso de uma sucessão presidencial, com a envergadura desta que passa ao segundo turno, podem ser arrolados como desautorizados todos os que embarcaram em candidaturas repudiadas pelos eleitores. Não são apenas os candidatos que pagam a conta política do insucesso nas urnas: a legenda partidária está no mesmo caso e, com ela, todos os dirigentes do partido e da campanha.

Emergiram da campanha, através das urnas, os partidos que apresentaram um conteúdo de divergência geral a tudo que predomina na vida política brasileira. O PSDB, o mais novo, o PT e o PDT, presenças mais antigas, justificaram nas urnas a sua existência política, aproveitando o vácuo aberto pelas legendas que caducaram. Esses têm o que dizer em nome dos votos que obtiveram em confiança do eleitorado. O PRN, embora contemplado com o primeiro lugar, ainda não é partido: funcionou como legenda criada para atender à exigência legal. O candidato entrou com os votos, e a legenda o habilitou. Outros candidatos foram bem votados pessoalmente, nenhum entretanto ficou devendo ao partido o desempenho político. Os comunistas fizeram uma campanha modesta nos resultados, mas qualificada pelo candidato.

O grande malogro eleitoral foi o resultado apresentado pelos dois partidos que usufruíram o título de maiores desde a eleição de 1986. Sob a reverberação do cruzado, o PMDB e o PFL se sentiram autorizados a usufruir o poder sem prestar contas à sociedade. Antes de terminar o mandato dos governadores que elegeu (muitos dos quais debandaram), o PMDB saiu desvalorizado da eleição presidencial direta, que foi a própria razão de ser da legenda como frente de tendências heterogêneas. Morreu, por sinal, de contradição e incoerência.

Partidos políticos podem renascer das próprias cinzas. Mas não é uma reparação que constitua direito: é preciso merecer do eleitor a confiança. O PMDB exerceu o poder com soberba inconcebível num partido gerado na oposição. O

PFL, ao contrário, não passou por nenhuma prova política, pois o seu merecimento foi abrir a dissidência que o criou para favorecer a solução política que seria impossível sem esse ato. Mantendo-se no poder, os equivocados liberais que não demonstram confiança na liberdade acreditaram demais no malabarismo para perpetuar-se nas vantagens do poder. Pagaram agora.

A eleição do próximo ano é um bom motivo para que os derrotados se debruçam sobre os seus erros de origem ética e saibam repará-los em tempo. De outra forma, condenam-se a desaparecer pelo voto, ou, com mais propriedade, pela falta de votos. A responsabilidade dos que foram os condôminos da Nova República ainda não está devidamente apurada. Foram partícipes de uma degradação sistemática do poder e incapazes de propor ou defender a correção dos equívocos econômicos e políticos que levaram o país à crise e o impedem de livrar-se dos erros. Os privilégios de grupos e as reservas de mercado são boas para os beneficiados, mas prejudiciais aos consumidores.

A nação se fartou do egoísmo dos políticos. O Congresso foi insensível às afrontas que fazia ao remunerar-se com uma largueza que gerava no cidadão, que pensa em termos de salário mínimo, o ressentimento que dispõe do voto. O voto abateu tudo que o eleitor identificou com a responsabilidade pelo que aí está e que dispôs de tempo de governo para ser removido. Nada autoriza, entretanto, a movimentação dos interesses políticos mais personalizados a encaminhar um debate que tem o insuportável mau cheiro dos casuísmos. Não cabe esse procedimento escuso de tramar pelas costas da apuração eleitoral um parlamentarismo que está previsto na Constituição, tem prazo e é sujeito à consulta popular que o liberte de qualquer suspeita.

É da natureza do oportunismo político a perda do pudor que resguarda os derrotados. O oportunista acredita na salvação quando se refugia nas dobras do poder e à sombra do anonimato, para fingir de morto. Passou o tempo em que o comportamento esquivo evitava o acerto de contas. A transparência é a mais moderna dimensão da liberdade. A democracia deixou de ser o regime que jogava com luz e sombra desde que permitiu a substituição da liberdade pelo autoritarismo, a pretexto de defendê-la, e da legitimidade em nome da ordem imposta.

Tudo que sirva para desacreditar a confiança dos cidadãos deve ser denunciado com franqueza. As manobras elaboradas no velho estilo político são o primeiro golpe tramado pelos derrotados para deter a renovação que se acelera a cada eleição. Estamos a apenas um ano da renovação dos governos estaduais, da Câmara dos Deputados, de parte do Senado e das assembleias legislativas. O futuro tem pressa.